

Laclau: da teoria da ideologia marxista ao pós-marxismo discursivo

(1) Debate o discusión en teoría social
GT 17- Pensamiento latinoamericano y teoría social
Ponencista: Luiz Eduardo Motta

Resumo:

A teoria política de Ernesto Laclau é uma das principais referências no campo da ciência política ao debate sobre o populismo e a democracia contemporânea, além de sua contribuição ao conceito de ideologia e na análise de discurso. Contudo, os estudos sobre este autor não têm explorado a influência do marxismo althusseriano com relação ao conceito de ideologia na sua obra. O objetivo deste trabalho é resgatar esta influência e apontar como elo os conceitos (que possuem certa ligação com a psicanálise de Lacan) de ideologia e sobredeterminação, além da definição de sujeito descentrado

Palavras chaves: Laclau, ideologia, discurso

A intervenção de Laclau ao debate sobre o conceito de ideologia foi marcada pela sua contribuição à nova definição que ele deu à ideologia nacionalista-populista, de corte de esquerda, bastante presente na realidade latino-americana dos anos 1960/70 a exemplo do governo peruano de Velasco Alvarado, da esquerda peronista (Montoneros), da esquerda varguista (brizolismo), dos Sandinistas, etc., sem falar das experiências pan-arabistas que ocorriam no Oriente Médio e no norte da África (sobretudo na Argélia). Sua contribuição a esse tema fez de Laclau um dos intelectuais mais criativos da corrente marxista althusseriana.

A obra de Laclau pode ser dividida em quatro fases como aponta Maria Martina Sosa: 1) uma primeira aproximação profundamente marcada pela influência althusseriana e, sobretudo, pelos conceitos de sobredeterminação e interpelação apresentados no livro *Política e ideologia na teoria marxista* de 1977; 2) a ênfase na lógica do significante e as posições do sujeito em *Hegemonia e estratégia socialista* de 1985; 3) a importância do Real e a vinculação entre a categoria de sujeito e o espaço político nos artigos escritos nos anos 1990, e reunidos nos livros como *Emancipação e diferença* de 1996 e *Misticismo, retórica e política* de 2002; 3) a preocupação pelo investimento afetivo na constituição dos sujeitos políticos e sua relação tanto com a noção de identificação como a lógica do objeto em *A razão populista* de 2005 (Sosa, 2011: p.168-169).

Em sua primeira fase na qual teve como base teórica o marxismo althusseriano e a psicanálise lacaniana, Laclau fez acréscimos à definição que Althusser deu ao conceito de ideologia. Tendo como eixo central os conceitos de sobredeterminação e interpelação de Althusser, Laclau constrói a sua análise sobre o populismo nacionalista numa concepção anti-reducionista, e anti-essencialista, em clara oposição à concepção lukasciana. Como o próprio Laclau observa, não podemos conceber a superestrutura (a ideologia, como também o Estado) de forma reducionista às classes sociais, já que não podemos pensar a existência das classes aos níveis políticos e ideológicos sob a forma de redução. Isso significa afirmar que o caráter de classe de uma ideologia é dado pela sua forma, e não pelo seu conteúdo (Laclau, 1979).

O exemplo que Laclau nos dá é a ideologia nacionalista. Para determinados setores de esquerda, e pensamos nesse caso o trotskismo, o nacionalismo sempre foi rotulado de ideologia burguesa na qual impedia a formação da consciência da classe proletária. A mesma interpretação foi evocada por “liberais de esquerda” como Weffort (1978), que, além disso, afirmava ser o nacionalismo uma expressão de uma ideologia pequeno burguesa que consagrava o Estado. O que podemos perceber, a partir de Laclau, que o nacionalismo (como o populismo) enquanto ideologia foi *articulada* por diferentes classes sociais. O nacionalismo pode ter uma conotação expansionista e agressiva, como no caso da Alemanha de Bismarck e no contexto nazista, como também de teor antiimperialista, a exemplo do maoísmo na China, do castrismo em Cuba, e de diversas facções da esquerda peronista armada, como também de intelectuais militantes no campo do peronismo, como podemos ver nas obras de John William Cooke, Hernandez Arrégui, Abelardo Ramos e Norberto Galasso. Também podemos classificar de nacionalismo antiimperialista o nasserismo dos anos 1950 de forte influência não somente na África e Oriente

Médio, mas também em militares da América Latina, como o já citado Velasco Alvarado do Peru, mas também Omar Torrijos do Panamá.

O que importa salientar aqui é a contribuição de Laclau ao conceito de ideologia althusseriano com a incorporação do princípio articulatório nas interpelações. Isso significa afirmar que enquanto na infra-estrutura a contradição principal é entre as relações de produção e as forças produtivas, e as classes estão em forma de redução, na superestrutura as classes são amplas e estão sob a forma de articulações, e a contradição principal é entre o povo e o *bloco no poder*, contradição esta sobredeterminada pela contradição fundamental, i.e, entre as relações de produção e as forças produtivas. Se na infra-estrutura (ou no modo de produção) há luta de classes, na superestrutura (pensando numa formação social específica) há *classes em luta* (Laclau, 1979: cf. 107-108).

Segundo Laclau “se a contradição de classe é a contradição dominante ao nível abstrato do modo de produção, a contradição povo/bloco no poder é a contradição dominante ao nível da formação social. (...) se nem toda contradição pode ser reduzida a uma contradição de classes, toda contradição é sobredeterminada pela luta de classes. (...) A luta de classes a nível ideológico consiste, em grande parte, no esforço em articular as interpelações popular-democráticas aos discursos ideológicos das classes antagônicas (Laclau, 1979: p.114)”.

O princípio articulatório, como define Laclau, visa à condensação de diferentes ideologias de classes (e não classistas como o nacionalismo e o populismo) antagônicas entre si, mas que são unificadas por uma contradição antagônica, e sobredeterminante na formação social, que é a contradição povo em oposição ao bloco no poder. É a partir dessa condensação desses elementos dispersos em diversas ideologias é que Laclau considera a possibilidade da formação de uma hegemonia. Para Laclau, seguindo as teses de Althusser, uma classe dominante interpela não somente os seus membros dessa classe, mas também os membros das classes dominadas. A interpelação dessas últimas consiste na absorção parcial e neutralização dos conteúdos ideológicos através dos quais se expressa a resistência e dominação. No caso contrário, vindo dos setores dominados, é a acentuação desses elementos para aguçar o antagonismo com o bloco no poder. Uma classe é hegemônica não porque é capaz de impor uma concepção uniforme de mundo ao resto da sociedade, mas que consiga articular diferentes visões de mundo de forma tal que seu antagonismo potencial seja neutralizado, ou potencializado quando visa uma ruptura. Portanto, a classe hegemônica exerce sua hegemonia de duas maneiras: 1) através da articulação, ao seu discurso de classe, das contradições e interpelações não classistas; 2) através da absorção de conteúdos que fazem parte do discurso político e ideológico das classes dominadas (Laclau, 1979: cf. p. 113; 171; 172).

Um dos aspectos mais significativos nessa análise de Laclau é o papel das tradições populares como um dos elementos ideológicos dessa articulação. Como ele diz “se aceitamos a universalidade do critério de classe e, ao mesmo tempo, falamos em luta *secular* do povo contra a opressão, a ideologia em que esta luta secular se cristaliza só pode ser a de uma classe diferente da classe operária – uma vez que essa última surge somente com o industrialismo moderno. (...) As ‘tradições populares’ constituem o conjunto de interpelações que expressam a contradição povo/bloco de poder como distinta de uma contradição de classe. (...) Em primeiro lugar, na medida em que as ‘tradições populares’ representam a cristalização ideológica da resistência à opressão em geral, isto é, *à própria forma do Estado*, deverão ter maior duração do que as ideologias de classe e constituirão um marco estrutural de referência mais estável do que estas últimas. Entretanto, em segundo lugar, as tradições populares não constituem coerentes e organizados mas, puramente, *elementos* que só existem articulados a discursos de classe (Laclau, 1979: p. 173)”.

Há, então, nos discursos ideológicos de resistência e de mudança ao bloco no poder, elementos de tradições de luta popular que são incorporados em movimentos revolucionários, como podemos citar os exemplos dos Tupamaros, dos Sandinistas, dos Montoneros e dos Zapatistas. São elementos invariáveis, e que são sempre evocados como forma de mobilização contra o poder hegemônico das classes e dos grupos hegemônicos. O ponto de partida para Laclau nessa questão é o estudo sobre o conceito de ideologia feito por Alain Badiou e François Balmés (1976) no qual analisam os elementos invariantes das ideologias revolucionárias denominados por eles de *invariantes comunistas*.

Badiou e Balmés designam como invariantes comunistas a existência de toda revolta revolucionária das massas, qualquer que seja a época considerada de aspirações igualitárias, antiproprietárias e antiestatais. Esse interessante estudo de Badiou e Balmés tem como principal fonte o livro de Engels *A guerra dos camponeses na Alemanha* no qual fez um intenso estudo sobre as revoltas camponesas do século XVI sob inspiração da teologia revolucionária de Thomas Münzer (Engels, 2010). Laclau se inspira em duas observações feitas por Badiou/Balmés: a primeira diz respeito ao fato de que a ideologia dominante, para organizar as massas, não pode

ignorar sua experiência cotidiana de opressão de classe. Todo seu esforço tende, portanto, a reabsorver, não a contradição, mas seu antagonismo. Apresentar a contradição antagônica, que regula o movimento da história como simples diferença natural estruturante a identidade “eterna” o que é na verdade um momento da história. Para fazer de modo correto a inelutável exigência espontânea da redução das diferenças, toda ideologia dominante garante que para além das diferenças concretas perdura, seja a título de promessa, uma igualdade abstrata.

A segunda corresponde às invariantes comunistas que de acordo com Badiou e Balmés “não têm um caráter de classe definido: elas sintetizam a aspiração universal dos explorados em oposição a todo princípio de exploração e de opressão. Elas nascem sobre o terreno da contradição entre as massas e o Estado. (...) Um certo tipo de comunismo coletivista surgiu inelutavelmente sobre a base das revoltas de massa, mesmo não proletárias. Na esfera ideológica, pensada com esfera contraditória, se desenvolve uma contradição relativamente invariante que opõe as idéias de tipo igualitário às idéias hierárquicas e desiguais (Badiou; Balmés, 1976: p. 67-68)”.

De acordo com Badiou e Balmés, as invariantes comunistas são sempre portadoras na história da revolta das classes exploradas, i.e., pela revolta dos produtores diretos: escravos, servos, proletários. As invariantes comunistas estão no curso da resistência ideológica contra a exploração em geral e às idéias que as servem. Elas refletem o movimento real pelo qual os explorados não se insurgem somente contra a forma específica de exploração do qual são vítimas, mas contra a idéia mesma de exploração (Badiou, Balmés, 1976: cf. 91). A universalidade das invariantes comunista dá-se sempre na especificidade das contradições de classe historicamente determinadas. Então, mesmo que ela se desenvolva no elemento doutrinário da “profecia comunista”, a revolta, com experiência real, toma posição sobre o caráter específico das contradições de classe (idem, cf. 97).

A diferença entre Laclau e Badiou/Balmés é que enquanto para estes o comunismo é o elemento invariante, para o primeiro o comunismo é uma das articulações possíveis dos elementos popular-democráticos. É a articulação que permite o desenvolvimento de todo antagonismo potencial da ideologia popular-democrática. E para Laclau a ideologia popular-democrática significa primeiramente que “o sujeito interpelado como ‘povo’ deve sê-lo em termos de uma relação antagônica face ao bloco de poder. E em segundo lugar, por democracia não entendemos nada que tenha uma relação necessária com as instituições parlamentares liberais. (...) Pelo contrário, em nossa concepção, a extensão real do exercício de democracia e a produção de sujeitos populares cada vez mais hegemônicos, são dois aspectos de mesmo processo (Laclau, 1979: p. 113)”.

Contudo, Laclau deu uma guinada na sua teoria política e sociológica ao escrever em parceria com Chantal Mouffe em 1985 o livro *Hegemonia e estratégia socialista*. Nesse livro há uma forte influência do contexto da crise que atingiu o pensamento marxista, o malogro das experiências socialistas do Leste europeu, o declínio da social-democracia e do eurocomunismo, e a emergência do neoliberalismo e da ascensão dos novos movimentos sociais. Laclau muda de paradigma e de enfoque. Paradigma por romper com a teoria marxista e adotar o que ele denomina de “pós-marxismo”. Enfoque por deixar de lado o conceito de ideologia (intensamente identificado com a teoria marxista) e adotar a categoria de discurso. Há a emergência de novos conceitos na sua teoria como sutura, lógica da equivalência e lógica da diferença, contingência, pontos nodais, e significante vazio. Laclau, com efeito, a partir desse trabalho aproximou-se de forma cada vez mais estreita com as correntes pós-modernista e pós-estruturalista (Foucault e Derrida, sobretudo), e cada vez mais abandonando as referências marxistas (Althusser e Gramsci, especialmente) que ainda se faziam presentes em 1985.

O ponto de partida para compreendermos essa nova posição teórica de Laclau é a crítica que ele estabelece às leituras topológicas da sociedade, na qual refuta qualquer possibilidade de determinação, mesmo sendo em última instância como ele afirmava anteriormente. O próprio conceito de sociedade é apontado por ele como uma impossibilidade epistemológica já que seria um equívoco “sutar” algo que não haja uma “essência” ou determinação devido a sua intensa fragmentação, e, além disso, Laclau demarca em sua análise de que o contingente (o acaso) se sobrepõe à necessidade (as determinações). Como ele mesmo afirma “não existe um espaço suturado que possamos conceber como uma ‘sociedade’, já que o social carece de essência (Laclau, Mouffe: p. 132)”.

Para a constituição e organização das relações sociais fragmentadas num determinado contexto sociopolítico é necessário uma *prática articulatória* (estrutura discursiva). Por articulação Laclau denomina a toda prática que estabelece uma relação entre elementos, que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória é denominada de *discurso*. Por *momento* Laclau chama

as posições diferenciais como aparecem articuladas no interior do discurso. E, pelo contrário, por *elemento* a toda diferença que não se articula discursivamente (Laclau, Mouffe, 2010: cf. p.143).

Inspirado em Foucault, a formação discursiva para Laclau se caracteriza pela “regularidade na dispersão”. Segundo Laclau “uma dispersão governada por regras pode ser vista de duas perspectivas opostas. Em primeiro lugar, enquanto *dispersão*; isto exige determinar o ponto de referencia a respeito do qual os elementos podem ser pensados como dispersos. Mas a formação discursiva pode ser vista também da perspectiva da *regularidade* na dispersão e pensar em tal sentido como conjunto de posições diferenciais. Este conjunto de posições diferenciais não é a expressão de nenhum princípio subjacente exterior a si mesmo (...), mas constitui uma configuração, que em certos contextos de exterioridade pode ser *significada* como totalidade. Dado que nosso interesse primário é nas práticas articulatórias, é neste segundo aspecto que devemos nos concentrar especialmente (Laclau, Mouffe, 2010: p. 143-144)”.

Laclau, então, observa que com essa *regularidade na dispersão* a contingência e a articulação são possíveis visto que nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada, e porque a fixação dos elementos nos momentos nunca é completa. O que se segue é a seguinte afirmativa de Laclau e Mouffe: “nossa análise rechaça a distinção entre práticas discursivas e não discursivas e afirma: a) que todo objeto se constitui como objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto se dá a margem de toda a superfície discursiva de emergência; b) que toda distinção entre os que usualmente se denominam aspectos lingüísticos e práticos (de ação) de uma prática social, ou bem devem ter lugar como diferenciações internas a produção social de sentido, que se estrutura sob a forma de totalidades discursivas (idem: p. 144-145)”.

A materialidade do discurso de Laclau e Mouffe pouco se diferencia da materialidade ideológica althusseriana. Tal qual a ideologia, o discurso não provém da experiência, nem da subjetividade, mas tem uma existência objetiva haja vista que as diversas *posições de sujeito* aparecem dispersas no interior de uma formação discursiva. A segunda consequência é que a prática da articulação como fixação/deslocação de um sistema de diferenças tampouco pode consistir em meros fenômenos lingüísticos, mas sim que deve atravessar toda a espessura material de instituições, rituais, práticas de diferente ordem, através das quais uma formação se estrutura.

A diferença é devido ao caráter absoluto que encontra o discurso em Laclau, já que em Althusser a prática discursiva (ideológica) é articulada com as outras práticas que atuam no todo complexo desigual e estruturado, correspondente ao modo de produção abstrato e a formação social concreta. De acordo com Laclau é o discurso que contribui a moldar e constituir as relações sociais. Para ele, a principal consequência dessa definição é romper com a dicotomia discursiva/extra-discursiva é abandonar também a oposição pensamento/realidade e, por conseguinte, ampliar imensamente o campo das categorias que podem dar conta das relações sociais. Essa afirmativa só se impõe se a lógica relacional o discurso se realiza até as suas últimas consequências e não é limitada por nenhuma exterioridade. Se uma totalidade discursiva nunca existe sob a forma de uma positividade simplesmente dada e delimitada, nesse caso a lógica relacional é uma lógica incompleta e penetrada pela contingência. A transição dos “elementos” aos “momentos” nunca se realiza totalmente. Cria-se assim uma terra do nada que faz possível a prática articulatória. Nesse caso não há identidade social que apareça plenamente protegida de um exterior discursivo que a deforma e a impede suturar-se completamente. Perdem seu caráter necessário tanto as relações como as identidades.

O que se conclui com essa perspectiva discursiva de Laclau é que “a sociedade” não é um objeto legítimo de discurso. Não há - como observam Laclau e Mouffe - “princípio subjacente único que fixe – e assim constitua – o conjunto do campo das diferenças. A tensão irresolúvel interioridade/exterioridade é a condição de toda prática social: a necessidade só existe como limitação parcial do campo da contingência. É no terreno desta impossibilidade tanto da interioridade como de uma exterioridade totais, que o social se constitui (idem: p. 151)”. A hegemonia, distintamente da de Gramsci em que há um sujeito (o partido revolucionário que constrói a hegemonia da classe fundamental na sociedade civil), e que articula um projeto societal em direção à conquista do poder de Estado, em Laclau/Mouffe a hegemonia tem um caráter incompleto e aberto e só pode ser constituída num campo geral das práticas articulatórias. Essa articulação de diferentes identidades e discursos é efetivada por um “ponto nodal”, i.e, um ponto centralizador que articula esses elementos até então dispersos, mas articulados devido a seu antagonismo em comum a *outro*, este sendo definido como algo que impede a formação de uma lógica de equivalência identitária.

A hegemonia só pode resultar de uma dialética (ainda que peculiar) entre a lógica de equivalência e a lógica de diferença. Segundo Laclau e Mouffe “os atores sociais ocupam posições diferenciais no interior daqueles

discursos que constituem o serviço social. Em tal sentido elas são particularidades. Por outro lado, há antagonismos sociais que criam fronteiras internas a sociedade. É o caso das forças opressivas, por exemplo, um conjunto de particularidades estabelece entre si relações de equivalência. Resulta necessário, sem embargo, representar a totalidade desta cadeia mais além do particularismo diferencial dos laços equivalentes. Quais são os meios de representação? Como foi visto, esses meios de representação só podem consistir numa particularidade cujo corpo se divide, dado que, sem cessar de ser particular, ela transforma o seu corpo na representação de uma universalidade que os transcende – a cadeia equivalencial -. Esta relação, pelo que uma certa particularidade assume a representação de uma universalidade inteiramente incomensurável com a particularidade em questão, é o que chamamos de *relação hegemônica*. Como resultado, a universalidade é uma universalidade *contaminada*: (1) ela não pode escapar a esta tensão irresolúvel entre universalidade e particularidade; (2) sua função de universalidade hegemônica não está nunca definitivamente adquirida, senão que é, pelo contrário, sempre reversível (idem: p 13-14)”. Esse caráter flutuante e contingencial da hegemonia acaba em resultar no conceito de *significante vazio*, o que significa que os grupos que disputam numa arena política transformar a sua particularidade num universal temporário, já que o universal não tem corpo e conteúdo necessário (Laclau, 2011: cf. p. 50, 78).

Antes de terminar esse texto é importante fazer uma análise do que Laclau e Mouffe definem o que seja marxismo, e sobre os limites da influência de Althusser nessa nova tomada de posição teórica. Primeiramente é importante destacar que o marxismo abordado por Laclau e Mouffe em nada se assemelha ao marxismo de Althusser, visto que o enfoque é dado ao marxismo essencialista de corte lukásciano, de teor humanista e historicista, antagônico ao defendido por Althusser e seus seguidores. Contudo, Laclau e Mouffe em nenhum momento estabelecem essa diferença. Ao contrário, tratam de forma homogênea, isso sem falar num marxismo de corte mecanicista e determinista que eles citam ao longo da obra. O resultado disso é uma má compreensão do marxismo por parte de seus intérpretes no Brasil¹, que, diferentemente na Argentina² onde buscam essa influência de Althusser na teoria de Laclau, aqui associam mais a sua teoria com o pós-estruturalismo (Deleuze, Derrida, Foucault).

Laclau, com efeito, é o maior responsável por essa confusão. Além de classificar a teoria marxista de forma reducionista, emprega de modo impreciso os conceitos althusserianos como os de interpelação e sobredeterminação dos quais ele recorreu na sua fase inicial, e ainda reivindicava essa influencia no seu livro de 1985. Se a interpelação para Althusser é o mecanismo que materializa a ideologia nos sujeitos a partir dos aparelhos ideológicos, Laclau não aborda profundamente essa questão já que nem trata do papel dos aparelhos ideológicos, não obstante ainda que venha a reconhecer que a materialidade dos discursos advenha de rituais e práticas (embora ele não explicita sobre esses rituais e instituições no texto). Em relação ao conceito de sobredeterminação o equívoco é bem maior. Apesar de ter recorrido de modo preciso a esse conceito na sua análise inicial sobre o nacionalismo-populista, em *Hegemonia e estratégia socialista* a sobredeterminação é empregada pelo viés psicanalítico (do qual se origina) na sua manifestação simbólica nas relações sociais (Laclau, Mouffe: 2010: p. 134). Althusser não aplica esse conceito no campo simbólico ou imaginário, mas sim no real. A sobredeterminação para Althusser se manifesta pelo acúmulo de contradições oriundas das mais diferentes instâncias e, ao serem condensadas por uma *contradição sobredeterminante* o antagonismo manifesta-se de forma de ruptura no qual indica uma conjuntura revolucionária. É para todos os efeitos, uma manifestação das estruturas e das práticas que estão articuladas de forma desigual no todo complexo estruturado (distinta da totalidade hegel-lukasciana) definido por Althusser (1986).

Um aspecto, no mínimo curioso, une Althusser a Laclau nesse livro, embora não tenha sido abordado, ou analisado, possivelmente por falta de informação por parte de Laclau: ao empregar o conceito de contingência, Laclau vai ao encontro do “último Althusser”. A fase final de Althusser foi marcada pela sua ênfase no aleatório, no contingencial, no acaso, o que ele veio a definir como uma tradição subterrânea da filosofia na qual ele denomina de “materialismo do encontro”, tradição essa que engloba diferentes autores como Maquiavel, Hobbes, Spinoza, Rousseau, Marx, Heidegger e Derrida. De fato, como observa Ípola (2007), desde os seus trabalhos publicados em *Pour Marx*, Althusser já percebia essa tensão entre o acaso e a necessidade. Isso fica nítido no anexo do artigo *Contradição e sobredeterminação* quando Althusser analisa, a partir da carta de Engels a Bloch, sobre a relação do acaso com a necessidade (a determinação). Num texto inédito escrito na primeira

¹ É o caso da pioneira coletânea sobre a obra de Laclau organizado por Daniel Mendonça e Léo Peixoto Rodrigues.

² Vide Barcela (2011), Sosa (2011) e Burdman (2011).

metade dos anos 1960, *Sobre a gênese* (2012) Althusser também se reporta a relação das estruturas com o acaso. Além disso, Althusser ao afirmar que *o processo é sem sujeito e sem fim* dá clara margem para que o acaso seja um dos elementos desse processo não teleológico. Com a descoberta de vários textos inéditos de Althusser, Ípola afirma que paralelamente ao *projeto declarado* de Althusser (que é constituído pelos textos publicados em vida, definidos como “althusserianos”), existe um *projeto subterrâneo* no qual a questão do aleatório estava presente.³

Althusser delimita claramente essa posição do acaso nessa passagem em seu texto póstumo: “Diremos que o materialismo do encontro se sustenta também por inteiro na negação do fim, de qualquer teologia, seja racional, mundana, moral, política ou estética. Diremos, enfim, que o materialismo do encontro não é o de um sujeito (seja Deus ou o proletariado), mas o de um processo sem sujeito, que impõe aos sujeitos (indivíduos ou outros) aos quais domina a ordem de seu desenvolvimento sem fim definido (Althusser, 1997: p. 577)”. Apesar dessa aproximação de Althusser ao pós-estruturalismo, ele não negou o papel da luta de classes como Laclau. Em sua entrevista a Fernanda Navarro, Althusser afirmava “Se justamente a língua alemã dispõe de uma palavra precisa para designá-la: *Geschichte* que se refere já não a história consumada, mas sim a história *no presente*, sem dúvida determinada em grande parte pelo seu passado já acontecido, mas só em parte, porque a história presente, viva, está aberta também a um futuro incerto, imprevisto, ainda não consumado e portanto *aleatório*. A história viva que não obedece mais que a uma constante (não uma lei): a constante da luta de classes. (...) É dizer que uma tendência não possui a forma ou figura de uma lei linear, mas que pode bifurcar-se sob o efeito de um encontro com outra tendência e assim até o infinito. Em cada cruzamento de caminhos, a tendência pode tomar uma via imprevisível, aleatória (Althusser, Navarro, 1988: p. 36)”.

Para finalizar, as teses de Laclau e Mouffe geraram intervenções, positivas e negativas, sobre a formação discursiva e o “pós-marxismo”⁴. Eagleton, por exemplo, critica Laclau/Mouffe pela aproximação da fluidez típica do pós-estruturalismo onde os conflitos (e a posição de dominante e dominado) tornam-se completamente relativos. Como observa Eagleton, “o princípio unificado não é mais a ‘economia’ mas a própria força homogeneizadora, que mantém uma relação quase transcendental com os ‘elementos’ sociais que trabalha (Eagleton, 1997: p.189)”. Essa volatilidade dos grupos faz com que não haja nenhum ponto situacional das classes e grupos, visto que o próprio conflito é disperso e contingente. O exemplo crítico de Eagleton é esclarecedor nesse aspecto: “se os capitalistas monopolistas não têm interesses independentes da maneira como são politicamente articulados, então parece não haver nenhum motivo para que a esquerda política não deva despendar enormes recursos de energia procurando conquistá-los para seu programa. O fato de que não o fazemos é porque consideramos que os interesses sociais *dados* dessa classe fazem que seja bem menos provável tornarem-se socialistas do que, digamos, os desempregados (idem: p. 190)”.

Boron também tece severas críticas à Laclau/Mouffe na medida em que tentam criticar o “reducionismo econômico” do marxismo acabam por tecer uma perspectiva teórica do “reducionismo discursivo”. Nessa concepção que, segundo Boron, retoma o idealismo transcendental numa roupagem sociológica, o mundo exterior e objetivo de um discurso lógico que lhe infunde um sopro vital e que, de quebra, devora e dissolve a conflitividade do real. A exploração capitalista já não é resultado da lei do valor e da extração da mais-valia, mas só se configura se o operário pode representá-la discursivamente. Em outra passagem, Boron afirma que “Laclau e Mouffe estão corretos ao pronunciar, assim como numerosos teóricos marxistas, uma radical revalorização do crucial papel que à ideologia e à cultura assuntos pelos quais o marxismo vulgar demonstrou um injustificável desprezo. Entretanto, sua tentativa naufraga nos arrecifes de um ‘novo reducionismo’ quando a sua crítica ao essencialismo classista e ao economicismo do marxismo da Segunda e da Terceira Internacionais resulta na exaltação do discursivo, como um novo e hegeliano *ex machina* da história. Para a sua desgraça, não existe reducionismo ‘bom’ e outro ‘mau’; não existe reducionismo virtuoso – não essencialista, não economicista – capaz de consertar os males ocasionados por seu irmão gêmeo rebelde (Boron, 2001: p. 150)”.

Como disse no início dessa seção, a teoria de Laclau foi bastante abalada pela crise de conjuntura pelo qual passou os movimentos e organizações de esquerda, e principalmente o pensamento marxista, nos anos 1980. Não é casual que ele e Mouffe afirmassem a predominância das bandeiras da liberdade sobre a igualdade, i.e, das demandas de caráter liberal em relação às de teor coletivo que sempre fizeram parte dos projetos da esquerda (2010: p. 208). No entanto, a obra de Laclau sofreu algumas mudanças recentes de enfoque, já que a problemática do populismo vem ocupando um espaço central nos seus últimos trabalhos. Ainda que a questão do

³ Vide Ípola, 2007.

⁴ Uma análise bem positiva ao livro de Laclau/Mouffe encontra-se em Barret (1996).

populismo esteja sendo analisada a partir do prisma dos conceitos de lógica de equivalência e de diferença, de significativo vazio, e de afetividade (Laclau, 2005; 2009) há uma perceptível guinada para a esquerda, possivelmente motivado pelo avanço recente da esquerda (particularmente na América Latina) diante da crise do projeto neoliberal. Isso também fica nítido na sua aliança com Badiou e Rancière na defesa do conceito de *povo* (que constitui um discurso igualitário) em relação ao de “multidão” (que afirma as diferenças) apregoado por Antonio Negri, como também a sua justa crítica à noção de *Império* de Negri/Hardt, e na defesa do conceito de *imperialismo* (Laclau, 2008: p. 134). Ademais, Laclau retomou ao conceito de ideologia em obra recente (2002) embora esse conceito não ocupe mais um lugar central em sua teoria tal como foi na fase inicial de sua obra. E ao que parece, alguns elementos “contingenciais” que ainda estão por vir possam mudar e fixar uma posição mais radical, de novo, na teoria política de Laclau.

Conclusão

Como foi visto ao longo desse paper a definição de ideologia por Althusser foi fundamental na obra inicial de Laclau quando este deu um novo significado ao conceito de populismo (e de nacionalismo), a partir do princípio articulatório por meio das interpelações. Todavia, com a crise do paradigma marxista nos anos 1980, Laclau abandonou sua perspectiva prévia e começou apregoar a emergência do *pós-marxismo* que tem no discurso o seu conceito central.

A posição da qual defendo é de que o conceito de ideologia na perspectiva althusseriana, longe de ter sido superado pelo de discurso, é mais preciso para o entendimento da realidade, seja para a análise da reprodução das relações de poder, seja para o diagnóstico das mudanças sociopolíticas. Ao contrário da concepção reducionista do discurso presente em Laclau, a perspectiva teórica althusseriana trata das diferentes práticas articuladas umas as outras, e a dominação de uma sobre as outras dependerá da contradição predominante em dada conjuntura. Isso significa que embora haja a determinação em última instância pelo econômico, as diferentes estruturas que articulam o todo complexo possuem autonomia relativa e temporalidades distintas, não havendo margem para mecanicismos, nem reducionismos, nessa análise, já que há uma pluralidade de determinações, distintamente do “indeterminismo” relativista do pós-estruturalismo e do pós-marxismo. Ademais, negar o papel do econômico é no mínimo paradoxal pelo pós-estruturalismo e pelo pós-marxismo: como pensar o mundo hoje sem levarmos em conta os problemas de natureza econômica como o desemprego, inflação, taxas de juros, déficit fiscal, crise financeira do modelo neoliberal, dívida externa, ascensão dos BRICs e a crise econômica dos EUA e da Europa ocidental? O chamado “mundo vida” seria impermeável a essas situações? Creio que não, e o marxismo althusseriano, neste aspecto, sempre visou à análise e a articulação das diversas estruturas e práticas, e os diferentes níveis da cada estrutura numa formação social, e na articulação desta com as demais formações sociais com o objetivo de apontar as diferenças internas.

A despeito da mudança de paradigma de Laclau, isso não significa que a sua contribuição inicial esteja obsoleta. Pelo contrário, a sua contribuição ao conceito de ideologia é notável, e de grande valia para a análise de conjuntura. E, em tempos recentes, Laclau voltou a se manifestar positivamente ao conceito de ideologia (Laclau, 2002). E como observa Pedro Fernandez Liria (2002: p.112) em relação à Althusser, faço o mesmo para Laclau: se aprendemos algo com Althusser é justamente reconhecer a autonomia de toda obra teórica a respeito de seu autor, e a combater as intrusões da subjetividade deste em seu próprio discurso teórico. Significa dizer que isso nos permite a ler Laclau àquilo que há de mais crítico e criativo na sua contribuição teórica.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L. 1986. *Pour Marx*. Paris: Editions La Découverte.
- _____. 1997. *Écrits philosophiques et politiques*, tome II. Paris, Stock/Imec.
- _____. 2012. “Sur la genèse” in *Décalages* vol. 1, nº2. Disponível em <http://scholar.oxy.edu/decalages/>, p 1-4.
- _____.; NAVARRO F. 1988. *Filosofia y marxismo*. México: Siglo XXI.
- BADIOU, A; BALMÈS, F. 1976. *De l'ideologie*. Paris: Maspéro.
- BARCIELA, G. 2011 “Sobre parricídios y fidelidades: Ernesto Laclau y Alain Badiou, lectores de Althusser” in CALETTI, S.; R, Natalia (orgs.) *La intervención de Althusser. Revisiones y debates*. Buenos Aires: Prometeo.

- BARRET, M. 1996. “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe” in ZIZEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- EAGLETON, T. 1997. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- ÍPOLA, E. 2007. *Althusser, el infinito adiós*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- LACLAU, E. 1979. *Política e ideologia na teoria marxista*. São Paulo: Paz e Terra
- _____; MOUFFE, 2010. *Hegemonia y estrategia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- _____. 2002. *Misticismo, retórica y política* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- _____. 2008. *Debates y combates*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- _____. 2005. *La razon populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- _____. 2009. “Populismo: que nos dice el nombre?” in *El populismo como espejo de la democracia*, PANIZZA F. (org). Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- _____. 2011. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- LIRIA, P. F. 2002. “Regreso al ‘campo de batalla’” in ALTHUSSER, L. *Para un materialismo aleatório*, Madri: Arena Libros.
- MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. P. 2008 (orgs.) *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SOSA, M. M. 2011. “Discurso, política y sujeto: las huellas de La problemática althusseriana en la propuesta teórica de Ernesto Laclau” in CALETTI, Sergio; ” in CALETTI, S; ROMÉ, N (orgs.). *La intervención de Althusser. Revisiones y debates*. Buenos Aires: Prometeo.
- WEFFORT, F. 1978. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.